

DVP 2024

Publicado em março de 2025

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 2024



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCEIDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://sice.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: F7bd5d86-1a2e-472f-a320-48e78dc847fc

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL
CONSOLIDADA

CAAM
CONSULTORIA E ASSESSORIA
EM ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Valores em R\$ - Período: 01/01/2024 até 31/12/2024
Despesa realizada: Empenhada

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		Exercício Atual	Exercício Anterior
4	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		
4.1	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	8.890.387,20	5.074.492,65
4.1.1	IMPOSTOS	8.450.621,21	4.660.321,71
4.1.2	TAXAS	439.765,99	414.170,94
4.2	CONTRIBUIÇÕES	26.110.336,29	19.846.549,04
4.2.1	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	24.677.345,76	18.512.324,10
4.2.3	CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.432.990,53	1.328.224,94
4.3	EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	406.732,80
4.3.3	EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	406.732,80
4.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.740.430,44	1.412.311,82
4.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	493.497,65	1.630,68
4.4.5	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.246.932,79	1.410.701,14
4.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	256.600.706,40	185.537.722,88
4.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	62.693.097,74	40.387.338,83
4.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	140.722.715,70	100.939.271,59
4.5.4	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	52.576.813,56	43.969.994,50
4.5.7	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	608.079,40	235.197,96
4.6	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	10.084.389,29	6.534.140,27
4.6.1	REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	1.013.409,17
4.6.4	DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	10.084.389,29	5.520.731,10
4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	709.644.780,53	10.322.759,21
4.9.7	REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	67.324.402,69	262.941,02
4.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	642.320.377,84	10.064.818,19
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I) (Nota 1)		1.013.071.030,15	229.127.708,67
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		Exercício Atual	Exercício Anterior
3	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		
3.1	PESSOAL E ENCARGOS	108.223.352,29	93.440.983,75
3.1.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	82.779.692,02	68.010.870,19
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS	25.443.660,27	25.430.113,56
3.2	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2.481.591,30	2.149.425,03
3.2.2	PENSÕES	2.478.551,34	2.124.333,45
3.2.9	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	3.039,96	16.091,58
3.3	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	118.029.452,06	72.193.507,10
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	30.877.630,47	21.475.493,90
3.3.2	SERVIÇOS	84.959.363,93	50.670.782,19
3.3.3	DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	2.192.457,66	49.241,01
3.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	4.309,10	364,12
3.4.1	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	0,00	364,12
3.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	4.309,10	0,00
3.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	62.826.655,64	40.520.034,83
3.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	62.693.097,74	40.387.338,83
3.5.3	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	99.999,90	90.000,00
3.5.5	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	33.558,00	42.696,00
3.6	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	21.456.363,12	1.935.738,39
3.6.1	REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	134.668,20	2.159.340,75
3.6.5	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	21.321.694,92	-223.602,36
3.7	TRIBUTÁRIAS	17.046,10	39.956,57
3.7.1	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	36.570,62
3.7.2	CONTRIBUIÇÕES	17.046,10	3.385,95
3.8	CUSTO DAS MERCADORIAS E PRODUTOS VENDIDOS, E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	592.880.768,40	9.857.695,51
3.9.1	PREMIAÇÕES	0,00	338.917,98
3.9.7	VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	402.380.359,84	0,00
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	190.500.408,56	9.518.777,53
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II) (Nota 2)		905.919.538,01	220.130.715,30
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO III = (I-II) (Nota 3)		107.151.492,14	8.996.993,37

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários
Entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de Bom Conselho, Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Conselho, Fundo Municipal de Saúde de Bom Conselho, Fundo Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente de Bom Conselho, Fundo Municipal de Educação de Bom Conselho, Fundo de Previdência do Município de Bom Conselho, Câmara Municipal de Bom Conselho

JOAO LUCAS DA SILVA
CAVALCANTE:7038520
2458

Assinado de forma digital por JOAO LUCAS DA SILVA
CAVALCANTE:70385202458

João Lucas da Silva Cavalcante
Prefeito

JOCIEDER ARAUJO
MINEIRO:0902139
9407

Assinado de forma digital por JOCIEDER ARAUJO
MINEIRO:09021399407

Jociéder Araujo Mineiro
Contador
CRC - 027671/O-4

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA

NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO 15 DA LEI Nº 4.320/64 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO DE 2024 -



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 77b5d5d86-1a2e-472f-a320-48e78dc847fc

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

1.a. Nome do órgão ou entidade: Prefeitura Municipal de Bom Conselho-PE, CNPJ: 11.285.954/0001-04

1.b. Natureza jurídica do órgão ou entidade: 124-4 – Município.

1.c. Domicílio do órgão ou entidade: Rua Vidal de Negreiros, nº 43 – Bairro: Centro – Cidade: Bom Conselho – Pernambuco – CEP: 55.330-000.

1.d. Dados do Gestor Municipal: João Lucas da Silva Cavalcanti – Prefeito.

1.e. Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis e notas explicativas:
Jociéder Araújo Mineiro, Contador CRC-PE nº 027671/O-4

1.f. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: A natureza jurídica desta Prefeitura Municipal perante a Receita Federal do Brasil está classificada através do código 124-4 “Município” Trata-se de pessoa jurídica de direito público interno, ente dotado de autonomia e integrante da República Federativa do Brasil, previsto nos arts. 1º e 18 da Constituição Federal e no inciso III do art. 41 da Lei nº 10.406, de 07/01/2002 (Código Civil). Desenvolve atividade típica de Estado, pratica atos administrativos típicos e atípicos, celebra contratos administrativos, se sujeita a licitação no desempenho de suas funções. Suas principais atividades e atribuições exercidas pela administração direta e indireta são a administração e supervisão em assuntos fiscais, envolvendo: a administração tributária, a arrecadação de impostos e taxas sobre serviços e a investigação de sonegação, a administração orçamentária, gestão de recursos públicos e da dívida pública, o levantamento e recebimento de dinheiro e controle de seu desembolso, a administração e execução dos serviços de planejamento social e econômico.

1.g. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela portaria STN/MF nº 1.568, de 11 de dezembro de 2023, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª Edição e Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 05. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 23, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria Conjunta STN/SRPC nº 22, de 11 de Dezembro de 2023 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP nº “00” Estrutura Conceitual e NBC T nº 11 Apresentação das Demonstrações Contábeis e elaborada de acordo com a IPSAS 35 – Consolidated Financial Statements, editada pelo International Public Sector Accounting Standards Board da International Federation of Accountants (IPSASB/Ifac). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

1.h. Consolidação das demonstrações contábeis abrangendo:

O presente demonstrativo contém os valores do Poder Executivo e do Poder Legislativo Municipal, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, caso existam e de forma consolidada, conforme relação a seguir:

- 1) Prefeitura Municipal de Bom Conselho (PMBC);
- 2) Câmara Municipal de Vereadores de Bom Conselho (CVBC);
- 3) Fundos Municipal de Saúde de Bom Conselho (FMS);
- 4) Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Conselho (FMAS);
- 5) Fundo Municipal de Educação de Bom Conselho (FME);
- 6) Fundo Municipal de Defesa da Criança e ao Adolescente de Bom Conselho (FUNDECA);
- 7) Fundo de Previdência Própria dos Servidores Municipais de Bom Conselho (FPMBC).

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://tce.ce.gov.br/epi/validarDoc.seam> Código do documento: F7bd5d86-1a2e-472f-a320-48e78dc847fc

2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

2.a. Base de mensuração utilizada:

- Foi utilizado o regime misto nas operações orçamentárias, conforme o art. 35 da Lei nº 4.320/64 e NBCASP, sendo o regime de caixa para as receitas e o regime de competência para as despesas. Foi respeitado o Princípio do Registro pelo Valor Original seguindo como base de mensuração o custo histórico. Em conformidade com a NBC TSP nº 11, e alinhados a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), o detalhamento das variações patrimoniais diminutivas (VPD) foram estruturadas por natureza, inexistindo legislação local que estabelece o critério por função. A moeda utilizada pelo município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.
- Compõe a VPA todas as receitas orçamentárias efetivas arrecadadas pelo município. Compõe a VPD todas as despesas orçamentárias efetivas realizadas pelo município.
- Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.
- Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

2.b. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos.

2.c. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

As políticas seguem os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, explícitos e implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Os lançamentos nos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64 e a estrutura das demonstrações contábeis obedeceram às regras estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 10ª Edição, bem como na NBC TSP 17, que trata sobre Demonstrações Contábeis Consolidadas. Porém não há julgamentos pela aplicação destas políticas.

2.d. Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

2.e. Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

3. INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

3.a. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais da Lei Federal 4.320/64

- REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS -

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		Exercício Atual	Exercício Anterior
4	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		
4.1	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	8.890.387,20	5.074.492,65
4.1.1	IMPOSTOS	8.450.621,21	4.660.321,71
4.1.2	TAXAS	439.765,99	414.170,94
4.2	CONTRIBUIÇÕES	26.110.336,29	19.840.549,04
4.2.1	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	24.677.345,76	18.512.324,10
4.2.3	CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.432.990,53	1.328.224,94
4.3	EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	406.732,80
4.3.3	EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	406.732,80
4.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.740.430,44	1.412.311,82
4.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	493.497,65	1.610,68
4.4.5	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.246.932,79	1.410.701,14
4.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	256.600.706,40	185.531.722,88
4.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	62.693.097,74	40.387.338,83
4.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTER GVERNAMENTAIS	140.722.715,70	100.939.271,59
4.5.4	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	52.576.813,56	43.969.994,50
4.5.7	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	608.079,40	235.117,96

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: f7bd5d86-1a2e-472f-a320-48e78dc847fc

4.e. Demais informações:

Os saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou de controle cambial, estão divulgadas no balanço financeiro, demonstração dos fluxos de caixa e balanço patrimonial, devido está informação não constar na DVP. Da mesma forma, foi dado igual tratamento nas demonstrações citadas, para as informações correlatas a transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa e/ou informações relacionadas a ajustes de retenções.

5. INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELOS ANEXOS IX E XIII DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 269/2024:

5.a. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

O presente demonstrativo atende as exigências do Índice de Consistência Contábil do Tribunal de Contas de Pernambuco. Este Demonstrativo das Variações Patrimoniais – DVP evidencia, de acordo com o art. 104 da Lei nº 4.320/64, as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas pela gestão provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender as demandas da sociedade. A elaboração desta DVP leva em consideração as contas contábeis do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas), a fim de demonstrar as variações quantitativas ocorridas no patrimônio desta entidade. O modelo de elaboração deste demonstrativo foi o analítico. O grupo de contas que compõem as Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA's são: Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos; Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras; Transferências e Delegações Recebidas; Valores e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos; e Outras Variações Patrimoniais Aumentativas. Já o grupo de contas que compõem as Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD's são: Pessoal e Encargos; Benefícios Previdenciários e Assistenciais; Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo; Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras; Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos; Tributárias; e Outras Variações Patrimoniais Diminutivas. O Demonstrativo da Variações Patrimoniais apresenta consistência entre as contas analíticas e as sintéticas dos grupos das contas.

5.b. Montante de recebíveis reconhecidos em relação a Receita sem contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve registro de receita sem contraprestação durante o exercício em análise.

5.c. Origem e Destino dos Recursos Provenientes da Alienação de Ativos (Art. 50, inciso VI da LRF):

Foi contabilizado o valor de R\$ 983.200,01, relativo à alienação de bens. Os valores foram aplicados em pagamentos previdenciários conforme autorização de Lei Municipal.

6. ITENS MAIS RELEVANTES QUE COMPÕEM AS VPA E VPD:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA) - 2024		
Relevância	Descrição da Natureza da Conta	Valor (R\$)
1º	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	709.644.780,53
2º	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	256.600.706,40
3º	CONTRIBUIÇÕES	26.110.336,29

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD) - 2024		
Relevância	Descrição da Natureza da Conta	Valor (R\$)
1º	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	592.880.768,40
2º	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	118.029.452,06
3º	PESSOAL E ENCARGOS	108.223.352,29

7. VPA OU VPD, LANÇADA EM DECORRÊNCIA DE REPASSE MAIOR OU MENOR DO FPM (PORTARIA STN Nº 327/2001):

Não houve registro de VPA ou VPD relevante, lançada em decorrência da Portaria STN nº 327/2001 para repasse a maior ou menor do FPM.

8. CIRCUNSTÂNCIAS QUE DEVEM SER APRESENTADAS AINDA QUE SEUS VALORES NÃO SEJAM RELEVANTES:

8.a. Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado:

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Até o fechamento deste demonstrativo o setor de patrimônio não disponibilizou ao setor contábil informações que indiquem ativos com interrupção de geração de caixa, bem como não foram evidenciados ativos que sofreram o teste de *impairment*.

8.b. Baixas de investimentos:

Não houve registro de baixas de investimentos durante o exercício.

8.c. Constituição ou reversão de provisões:

Foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 0,00 e Reversão de Provisões no valor de R\$ 0,00 conforme Cálculo Atuarial que consta desta prestação de contas.

9. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO ATUAL E ANTERIOR:

9.a. INCORPORAÇÃO DE ATIVOS:

INCORPORAÇÃO DE ATIVOS – R\$		
Descrição	2024	2023
Aquisição de estoques	2.000,05	0,00
Aquisição de bens móveis	3.534.808,22	800.062,02
Construção e aquisição de bens imóveis	8.681.904,73	4.442.200,05
Aquisição de títulos e valores	0,00	0,00
Concessão de empréstimos	0,00	0,00
Outras incorporações de ativos	0,00	159.241,20
Total	12.218.713,00	5.401.503,27

9.b. DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS – R\$		
Descrição	2024	2023
Amortização da dívida pública	1.651.256,69	647.815,31
Amortização de precatórios	0,00	0,00
Outras desincorporações de passivos	0,00	0,00
Total	1.651.256,69	647.815,31

9.c. INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS – R\$		
Descrição	2024	2023
Tomada de empréstimos	0,00	0,00
Outras incorporações de passivos	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

9.d. DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS:

DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS – R\$		
Descrição	2024	2023
Cobrança da dívida ativa	377.007,28	640.151,96
Alienação de estoques	0,00	0,00
Alienação de bens móveis	983.200,01	0,00
Alienação de bens imóveis	0,00	0,00
Alienação de títulos e valores	0,00	0,00
Recebimento de empréstimos	0,00	0,00
Outras desincorporações de ativos	9.638.146,15	2.234.289,31
Total	10.998.353,44	2.874.441,27

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, em sua Parte V, definiu o modelo da DVP para o exercício, onde não constam as variações patrimoniais qualitativas, as mesmas foram detalhadas acima em atendimento a exigência do Anexo XVIII da Resolução TCEPE nº 269/2024 a título de melhoria da qualidade da informação dos usuários.

10. PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015, ATUALIZADA PELAS PORTARIAS MS/STN Nº 10.300, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2022 E STN/MF Nº 1.569, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023:

Para este município estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, atualizada pelas portarias MS/STN nº 10.300, de 1º de dezembro de 2022, e STN/MF nº 1.569, de 11 de dezembro de 2023, para cidades acima de 50.000 habitantes.

10.a Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo e demais entidades da administração direta e indireta):

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	31/12/2017	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2021	Concluído
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://stce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 77bd5d86-1a2e-472f-a320-48e78dc847fc

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2023	Concluído
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2021	Concluído
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2022	Concluído
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	20. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos benefícios sociais.			

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://stc.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: F7bd5d86-1a2e-472f-a320-48e78dc847fc

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2026	Em andamento
Ação	21. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2027	Em andamento
Ação	22. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Arrendamentos.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2028	Em andamento
Ação	23. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2028	Em andamento
Ação	24. NBCT SP 07 (R1) - Ativo Imobilizado Propriedade, Planta e Equipamento.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2028	Em andamento
Ação	25. NBCT SP Estrutura Conceitual (R1).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2030	Em andamento
Ação	26. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2030	Em andamento
Ação	27. Despesas de Transferência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2030	Em andamento

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS EM REGIME ESPECIAL.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS PÚBLICOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://eetce.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: F7bd5d86-1a2e-472f-a320-48e78dc847fc

Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretário da Fazenda	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretário da Fazenda	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

JOAO LUCAS DA SILVA
CAVALCANTE:7038520
2458

Assinado de forma digital
por JOAO LUCAS DA SILVA
CAVALCANTE:70385202458

JOCIEDER ARAUJO
MINEIRO:0902139940
7

Assinado de forma digital
por JOCIEDER ARAUJO
MINEIRO:09021399407

JOÃO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE
Prefeito

JOCIÉDER ARAÚJO MINEIRO
Contador
CRC-PE N° 027671/O-4